

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ**

## **CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023**



## **FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS**

**Tarde**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

**CARGO: FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS****CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA****A arte de envelhecer**

Achei que estava bem na foto. Magro, olhar vivo, rindo com os amigos na praia. Quase não havia cabelos brancos entre os poucos que sobreviviam. Comparada ao homem de hoje, era a fotografia de um jovem.

Tinha 50 anos naquela época, entretanto, idade em que me considerava bem distante da juventude. Se me for dado o privilégio de chegar aos 90 em pleno domínio da razão, é possível que uma imagem de agora me cause impressão semelhante.

O envelhecimento é sombra que nos acompanha desde a concepção: o feto de seis meses é muito mais velho do que o embrião de cinco dias.

Lidar com a inexorabilidade desse processo exige uma habilidade na qual somos inigualáveis: a adaptação. Não há animal capaz de criar soluções diante da adversidade como nós, de sobreviver em nichos ecológicos que vão do calor tropical às geleiras do Ártico.

Da mesma forma que ensaiamos os primeiros passos por imitação, temos que aprender a ser adolescentes, adultos e a ficar cada vez mais velhos.

A adolescência é um fenômeno moderno. Nossos ancestrais passavam da infância à vida adulta sem estágios intermediários. Nas comunidades agrárias, o menino de sete anos trabalhava na roça e as meninas cuidavam dos afazeres domésticos antes de chegar a essa idade.

A figura do adolescente que mora com os pais até os 30 anos, sem abrir mão do direito de reclamar da comida à mesa e da camisa mal passada, surgiu nas sociedades industrializadas depois da Segunda Guerra Mundial. Bem mais cedo, nossos avós tinham filhos para criar.

Nada mais ofensivo para o velho do que dizer que ele tem “cabeça de jovem”. É considerá-lo mais inadequado do que o rapaz de 20 anos que se comporta como criança de 10.

A exaltação da juventude como o período áureo da existência humana é um mito das sociedades ocidentais. Confinar aos jovens a publicidade dos bens de consumo, exaltar a estética, os costumes e os padrões de comportamento característicos dessa faixa etária, tem o efeito perverso de insinuar que o declínio começa assim que essa fase se aproxima do fim.

A ideia de envelhecer aflige mulheres e homens modernos, muito mais do que afligia nossos antepassados. Sócrates tomou cicuta aos 70 anos, Cícero foi assassinado aos 63, Matusalém, sabe-se lá quantos anos teve, mas seus contemporâneos gregos, romanos ou judeus viviam em média 30 anos. No início do século 20, a expectativa de vida ao nascer, nos países da Europa mais desenvolvida, não passava dos 40 anos.

A mortalidade infantil era altíssima, epidemias de peste negra, varíola, malária, febre amarela, gripe e tuberculose dizimavam populações inteiras. Nossos ancestrais viveram num mundo devastado por guerras, enfermidades infecciosas, escravidão, dores sem analgesia e a onipresença da mais temível das criaturas. Que sentido haveria em pensar na velhice, quando a probabilidade de morrer jovem era tão alta? Seria como hoje preocupar-nos com a vida aos cem anos de idade, que pouquíssimos conhecerão.

Os que estão vivos agora têm boa chance de passar dos 80. Se assim for, é preciso sabedoria para aceitar que nossos atributos se modificam com o passar dos anos. Que nenhuma cirurgia devolverá, aos 60, o rosto que tínhamos aos 18, mas que envelhecer não é sinônimo de decadência física para aqueles que se movimentam, não fumam, comem com parcimônia, exercitam a cognição e continuam atentos às transformações do mundo.

Considerar a vida um vale de lágrimas no qual submergimos de corpo e alma ao deixar a juventude, é torná-la experiência medíocre. Julgar aos 80 anos, que os melhores foram aqueles dos 15 aos 25 é não levar em conta que a memória é editora autoritária, capaz de suprimir por conta própria as experiências traumáticas e relegar ao esquecimento as inseguranças, medos, desilusões afetivas, riscos desnecessários e as burradas que fizemos nessa época.

Ainda que maldigamos o envelhecimento, é ele que nos traz a aceitação das ambiguidades, das diferenças, do contraditório e abre espaço para uma diversidade de experiências com as quais nem sonhávamos anteriormente.

(Dráuzio Varella. Acesso em: 01/10/2023.)

**Questão 01**

**Assinale a afirmativa em que as palavras sublinhadas são semanticamente equivalentes.**

- A) “A ideia de envelhecer aflige mulheres e homens modernos [...]” (10º §) – enfrenta.
- B) “Lidar com a inexorabilidade desse processo exige uma habilidade na qual somos inigualáveis: a adaptação.” (4º§) – flexibilidade.
- C) “Nossos ancestrais viveram num mundo devastado por guerras, enfermidades infecciosas, escravidão, dores sem analgesia e a onipresença da mais temível das criaturas.” (11º§) – capacidade de conhecer todas as coisas.
- D) “[...] mas que envelhecer não é sinônimo de decadência física para aqueles que se movimentam, não fumam, comem com parcimônia, exercitam a cognição e continuam atentos às transformações do mundo.” (12º§) – ponderação.

**Questão 02**

Para o autor, “*A ideia de envelhecer aflige mulheres e homens modernos, muito mais do que afligia nossos antepassados*” (10º§). Assinale a afirmativa que justifica esse ponto de vista.

- A) As gerações anteriores tinham perspectiva de vida maior que atualmente, visto que tinham uma vida mais saudável.
- B) A perspectiva de vida, atualmente, aumentou em relação às gerações passadas. Muitas pessoas ultrapassam os 80 anos.
- C) Antigamente a pessoa passava da fase de criança para a vida adulta sem passar pela adolescência; com isso, a velhice chegava mais rápido.
- D) Não há problemas que colocam em risco a vida humana como em séculos anteriores, visto que anteriormente a humanidade enfrentou epidemias de peste negra, varíola, malária, febre amarela, gripe e tuberculose.

**Questão 03**

No trecho “*Lidar com a inexorabilidade desse processo exige uma habilidade na qual somos inigualáveis: a adaptação.*” (4º§), a palavra adaptação, quanto ao termo que se refere, tem a seguinte função:

- A) Explicar o termo que o antecede.
- B) Enumerar o termo a que se refere.
- C) Identificar o termo a que se refere.
- D) Resumir o termo anunciado anteriormente.

**Questão 04**

O objetivo principal do texto é:

- A) Questionar a forma de viver na velhice.
- B) Informar sobre a perspectiva de vida dos brasileiros.
- C) Relatar sobre a perspectiva de vida dos nossos antepassados.
- D) Convencer o leitor da validade de seus pontos de vista a partir da exposição de argumentos.

**Questão 05**

O texto apresenta como título “*A arte de envelhecer*”. Assinale a afirmativa que explica o título adequadamente.

- A) Considerar-se um rapaz de 20 anos e que tem o comportamento de 10 anos.
- B) Buscar no tratamento estético a solução para amenizar os sinais da idade e, assim, ter uma aparência jovem.
- C) Ter a capacidade de aceitar as ambiguidades, as diferenças, o contraditório e abrir espaço para uma diversidade de experiências.
- D) Comportar-se como adolescente que mora com os pais até os 30 anos, sem abrir mão do direito de reclamar da comida à mesa e da camisa mal passada.

**Questão 06**

Os pronomes retomam palavras, expressões e ideias promovendo a continuidade textual devido à coesão criada. A partir dessa consideração, assinale a afirmativa que indica o termo ou expressão a que o pronome sublinhado se refere.

- A) “*Nada mais ofensivo para o velho do que dizer que ele tem ‘cabeça de jovem’.*” (8º§) – avô.
- B) “*É considerá-lo mais inadequado do que o rapaz de 20 anos que se comporta como criança de 10.*” (8º§) – jovem.
- C) “*Julgar aos 80 anos, que os melhores foram aqueles dos 15 aos 25 é não levar em conta que a memória é editora autoritária*” (13º§) – anos.
- D) “*Considerar a vida um vale de lágrimas no qual submergimos de corpo e alma ao deixar a juventude, é torná-la experiência medíocre.*” (13º§) – juventude.

**Questão 07**

Sobre a regência do verbo “confinar” em “*Confinar aos jovens a publicidade dos bens de consumo, exaltar a estética, os costumes e os padrões de comportamento característicos dessa faixa etária, tem o efeito perverso de insinuar que o declínio começa assim que essa fase se aproxima do fim.*” (9º§), assinale a afirmativa correta.

- A) Intransitivo.
- B) Transitivo direto.
- C) Transitivo indireto.
- D) Transitivo direto e indireto.

**Questão 08**

Analise o trecho a seguir: “*Se me for dado o privilégio de chegar aos 90 em pleno domínio da razão, é possível que uma imagem de agora me cause impressão semelhante.*” (2º§) No trecho em análise, o termo se exprime a ideia de

- A) causa.
- B) condição.
- C) finalidade.
- D) conformidade.

**Questão 09**

*“A figura do adolescente que mora com os pais até os 30 anos, sem abrir mão do direito de reclamar da comida à mesa e da camisa mal passada [...]” (7º§) O uso do acento grave indicador da crase pode ser justificado tendo em vista que a expressão “a mesa”*

- A) é uma locução adverbial de lugar.
- B) se trata de uma locução conjuntiva.
- C) exprime uma circunstância de modo.
- D) recebe acento grave indicador de crase devido à regência do verbo reclamar.

**Questão 10**

*Análise o uso da vírgula em: “Nas comunidades agrárias, o menino de sete anos trabalhava na roça e as meninas cuidavam dos afazeres domésticos antes de chegar a essa idade.” (6º§) A vírgula foi usada para*

- A) destacar aposto.
- B) separar orações assindéticas.
- C) separar adjunto adverbial deslocado.
- D) separar termos com a mesma função sintática.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

**Questão 11**

Para ajudar no desenvolvimento intelectual de seu neto, Marinalva o convidou para um jogo com 40 desafios lógicos. A cada desafio resolvido corretamente, Marinalva dava ao seu neto 6 bolinhas de gude. Por outro lado, se o desafio for resolvido de maneira errada, o neto de Marinalva devolvia 3 bolinhas de gude para sua avó. Sabendo que, após o jogo, o neto de Marinalva ganhou 105 bolinhas de gude, quantos desafios foram resolvidos erroneamente?

- A) 10.
- B) 12.
- C) 15.
- D) 18.

**Questão 12**

Após a realização de um congresso acadêmico durante três dias, a comissão organizadora contabilizou a participação de 88 ouvintes diferentes. Considerando a presença dos ouvintes em cada dia do congresso, concluiu-se que:

- 56 ouvintes participaram do primeiro dia;
- 8 ouvintes participaram somente do primeiro dia;
- 2 ouvintes participaram somente do terceiro dia;
- 42 ouvintes participaram do primeiro e segundo dias;
- 22 ouvintes participaram do segundo e terceiro dias; e,
- 26 ouvintes participaram do primeiro e terceiro dias.

**Se cada ouvinte participou de pelo menos um dia do evento, é correto afirmar que:**

- A) 20 ouvintes participaram dos três dias.
- B) 30 ouvintes participaram somente do segundo dia.
- C) 60 ouvintes participaram de pelo menos dois dias do evento.
- D) Nenhum ouvinte participou somente do segundo e terceiro dias.

**Questão 13**

Ana, Betina e Cristiane são amigas e trabalham em uma mesma empresa exercendo as profissões de contadora, analista de sistemas e advogada, mas não necessariamente nessa ordem. As três profissionais possuem alturas distintas e sabe-se que a contadora é a mais alta. Adicionalmente, Betina não trabalha como contadora e Ana, que não é advogada, é mais baixa que Betina. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Cristiane é advogada.
- B) Ana é analista de sistemas.
- C) Betina é a mais alta das três amigas.
- D) Cristiane é a mais baixa das três amigas.

**Questão 14**

No departamento de estatística de uma universidade, há apenas professores com as escolaridades mestrado e doutorado. Sabe-se que  $\frac{2}{3}$  do número total de professores com a escolaridade mestrado são casados, enquanto que, entre os professores com a escolaridade doutorado, essa fração é  $\frac{3}{5}$ . Considere que em ambas as escolaridades há o mesmo número de professores casados. Qual a proporção de professores que não são casados dentre todos os professores do departamento?

- A)  $\frac{5}{13}$   
 B)  $\frac{7}{13}$   
 C)  $\frac{7}{19}$   
 D)  $\frac{11}{19}$

**Questão 15**

Para comemorar os bons resultados no trabalho na última semana, 8 profissionais se reuniram após o expediente em um restaurante recém-inaugurado na cidade. Ao todo, eles consumiram 27 cervejas idênticas, de forma que cada cerveja foi consumida por uma única pessoa. Desse modo, pode-se afirmar que:

- A) Todos tomaram, pelo menos, 3 cervejas.  
 B) Pelo menos um profissional tomou 3 cervejas.  
 C) Um dos profissionais tomou, pelo menos, 4 cervejas.  
 D) Um dos profissionais tomou, exatamente, 4 cervejas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL****Questão 16**

A Constituição Federal Brasileira estabelece competências privativas para a União legislar em algumas áreas específicas por razões que visam garantir a uniformidade, a coesão nacional, a eficiência na gestão de áreas estratégicas, a uniformidade das políticas públicas e a representação adequada do Brasil nas relações internacionais e a coordenação das políticas públicas em âmbito nacional. Assim, tais razões contribuem para a manutenção da estabilidade e do funcionamento adequado do Estado brasileiro. Compete privativamente à União legislar sobre:

- A) Procedimentos em matéria processual.  
 B) Sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.  
 C) Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.  
 D) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

**Questão 17**

A perda de cargo do servidor público estável no Brasil é um processo que envolve procedimentos específicos e deve ser fundamentada em motivos legalmente estabelecidos. Tendo em vista que a estabilidade é um direito adquirido após certo período de efetivo exercício no cargo público e sua perda só pode ocorrer em situações previstas na Constituição Federal e na legislação pertinente, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.  
 II. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.  
 III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.  
 IV. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e III.  
 B) I e IV.  
 C) II e III.  
 D) II e IV.

**Questão 18**

O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, dos servidores titulares de cargos efetivos é um componente importante dos benefícios oferecidos aos servidores públicos no Brasil. Sua operação e regulamentação variam de acordo com a esfera de governo, mas todos os RPPS têm o objetivo de fornecer aposentadoria e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos de forma sustentável. A Constituição Federal estabelece algumas regras com relação ao referido regime. Assim, o servidor abrangido por Regime Próprio de Previdência Social será aposentado:

- A) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- B) Voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as condições legais.
- C) Por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.
- D) No âmbito da União, aos cinquenta e oito anos de idade, se mulher, e aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

**Questão 19**

A emenda à Constituição é um mecanismo fundamental em sistemas democráticos como o do Brasil, permitindo a modificação e a adaptação da Constituição Federal a novas realidades, demandas e desafios, sem a necessidade de uma nova constituição. Ela é um ato normativo que tem o objetivo de alterar, adicionar ou suprimir dispositivos da Constituição Federal, devendo respeitar o processo legal estabelecido na própria Constituição para sua aprovação. Em relação à emenda constitucional, assinale a afirmativa correta.

- A) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, em casos excepcionais.
- B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- D) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

**Questão 20**

A Constituição Federal estabelece que o poder público tem a obrigação de pagar suas dívidas reconhecidas pela Justiça, incluindo precatórios. Isso garante a segurança jurídica e a proteção dos direitos dos credores. O pagamento de precatórios é um importante aspecto do sistema jurídico brasileiro, previsto na Constituição Federal de 1988. Tendo em vista que precatórios são ordens judiciais emitidas para o pagamento de dívidas do poder público, sejam elas de natureza alimentar ou comuns, analise as afirmativas a seguir.

- I. É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- II. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.
- III. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.
- IV. Caso haja precatório com valor superior a quinze por cento do montante dos precatórios apresentados nos termos do §5º, quinze por cento do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subsequentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízes Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de quarenta por cento do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.



### Questão 21

**Arakel cometeu atos ilícitos e foi condenado pela prática de improbidade administrativa e, após o trânsito em julgado do processo, veio a falecer deixando bens, direitos e obrigações. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, em caso de falecimento do condenado por dano ao patrimônio público, os herdeiros**

- A) estarão excluídos de qualquer regime indenizatório.
- B) serão condenados solidariamente com o autor do dano.
- C) terão obrigação de reparar o dano até o limite da herança.
- D) responderão por todas as indenizações decorrentes do ato ilícito.

### Questão 22

**Magdala é assessora especial do município de Nova Friburgo e foi contatada por organismo internacional interessado em realizar investimentos no território local. Por força de regras impostas ao país de origem do referido órgão os valores saíam de fontes vinculadas a agências oficiais de cooperação estrangeira e as contratações seriam submetidas à licitação no Brasil, que integra o referido órgão de cooperação. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo:**

- A) Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República.
- B) Coletivo de Vereadores e aprovados pelo Governador do estado contratado.
- C) Comitê de Cooperação da Organização das Nações Unidas e ratificados pelo Senado.
- D) Conjunto de Deputados Federais e ratificados pelo Prefeito do Município beneficiado.

### Questão 23

**Narek é responsável pelo setor do treinamento do município de Nova Friburgo e organiza, junto com vários especialistas, um seminário sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma das modalidades de licitação consiste no diálogo**

- A) efetivo.
- B) perfectível.
- C) competitivo.
- D) preferencial.

### Questão 24

**Andon é superintendente de compras do município de Nova Friburgo e se depara com situações de inexigibilidade de licitação. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, nestes casos, poderá o administrador realizar processo de contratação:**

- A) Direta.
- B) Imediata.
- C) Preliminar.
- D) Emergencial.

### Questão 25

**Antranig é servidor do município de Nova Friburgo e foi indicado para coordenar o setor de acesso às informações públicas dos órgãos para realizar o princípio da transparência. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino, é considerada como:**

- A) Efetividade.
- B) Integridade.
- C) Criatividade.
- D) Probabilidade.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

### Questão 26

**Com fulcro na Lei Municipal nº 1.470/1979, a autoridade que tiver ciência de qualquer irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata, por meios sumários ou mediante processo administrativo, assegurando ao indiciado a ampla defesa e o contraditório. O processo procederá a aplicação das penas de**

- A) prisão administrativa por mais de sessenta dias.
- B) demissão e cassação de aposentadoria e suspensão do servidor até o máximo de cento e cinquenta dias.
- C) destituição da função por mais de trinta dias e cassação de aposentadoria e suspensão dos direitos políticos.
- D) suspensão por mais de trinta dias, destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

### Questão 27

**Cora é servidora pública da prefeitura de Nova Friburgo e sua família é composta da seguinte forma:**

1. Seu esposo não exerce atividade remunerada, por motivo comprovado de incapacidade que lhe causou invalidez permanente.
2. Seu primeiro filho tem vinte e dois anos, cursa faculdade de Direito e não tem renda própria por não exercer atividade remunerada.
3. Seu segundo filho tem vinte anos e não exerce atividade remunerada, nem tem renda própria.
4. Seu filho caçula, adotivo, é portador de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) em estado avançado que o incapacita para exercer qualquer atividade laboral.

**Com base exclusivamente nas informações anteriores e de acordo com a Lei Municipal nº 1.470/1979, será concedido à Cora:**

- A) Salário-família.
- B) Auxílio-doença.
- C) Pensão alternativa.
- D) Auxílio para diferença de caixa.

### Questão 28

**O Município assegurará à pessoa com deficiência, sem prejuízo de outros direitos de competência do Estado e da União, o pleno exercício de seus direitos básicos. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município, sobre as diretrizes da política municipal para a integração da pessoa com deficiência, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) Articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa com deficiência.
- ( ) Garantia de acesso gratuito nos transportes públicos coletivos, com extensão para o acompanhante, observado quando o tipo de deficiência assim o exigir.
- ( ) Aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa com deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados.
- ( ) Diversificação das estratégias de inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento de atividades que favoreçam a respectiva inclusão com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania.

**A sequência está correta em**

- A) V, F, V, F.
- B) V, V, V, V.
- C) F, V, F, V.
- D) F, F, V, F.

### Questão 29

**Considerando a Lei Municipal nº 4.637/2018, as políticas públicas de juventude deverão ser regidas pelos seguintes princípios, EXCETO:**

- A) Promoção da autonomia e emancipação dos jovens.
- B) Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude.
- C) Reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares.
- D) Ampliação das alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios.

### Questão 30

**Tendo como base somente a Lei Municipal nº 4.667/2019, analise as afirmativas a seguir.**

1. Utilizar, para o atendimento de interesses particulares, recursos, veículos, materiais de expediente, serviços ou pessoal disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal.
2. Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas do Poder Executivo deste Município, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o terceiro grau, e de cônjuge ou companheiro.
3. Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
4. Cometer a outro agente público atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em emergências transitórias, observada a legalidade.

**De acordo com o Código de Ética do Município, as afirmações anteriores são referentes às**

- A) atribuições da Comissão de Ética e Conduta.
- B) condutas éticas do servidor público municipal.
- C) funções exercidas pela Procuradoria-Geral do Município.
- D) vedações aplicadas ao agente público, no âmbito do Poder Executivo Municipal.



### Questão 31

O Código de Ética do Município dispõe que a posse dos agentes públicos do município de Nova Friburgo, e o início do exercício de cargo, emprego ou função, independente do regime de contratação, bem como a assunção de funcionários ou empregados públicos permutados ou cedidos, deverão ser acompanhados de

- A) ofício atestando conduta ilibada.
- B) termo de prestação de serviços de natureza permanente.
- C) contratos que envolvam prestação de serviços de caráter habitual.
- D) compromisso formal de aceitação e obediência à Lei Municipal nº 4.667/2019.

### Questão 32

Tendo em vista a falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal:

- I. Quanto às pessoas naturais será a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município.
- II. Quanto às pessoas jurídicas de direito privado é o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município.
- III. Quanto às pessoas jurídicas de direito público é qualquer de suas repartições no território do Município.
- IV. Quanto às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município.

Com fulcro na Lei Complementar Municipal nº 124/2018, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

### Questão 33

O Código Tributário Municipal dispõe que, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, EXCETO:

- A) Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- B) Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos independentemente da idade.
- C) Os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados.
- D) Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício.

### Questão 34

Considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos da Lei Complementar nº 45/2009, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções bem como das leis estaduais e federais, resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais que se destinem à promoção, recuperação, proteção da qualidade e saúde ambientais. Em relação às circunstâncias atenuantes e agravantes, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Atenuantes.
- 2. Agravantes.
- ( ) Perseguição e captura de animais silvestres.
- ( ) Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator.
- ( ) Ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia.
- ( ) Ter o agente cometido à infração para obter vantagem pecuniária.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 2, 2.
- B) 1, 1, 2, 2.
- C) 2, 1, 2, 1.
- D) 2, 2, 1, 1.

### Questão 35

Trata-se da ação de reunir atividades de preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e melhoria do meio ambiente, de forma a produzir o maior benefício para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, manter sua potencialidade para satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, bem como a sobrevivência da fauna e da flora incluindo seu ambiente natural. Tendo como base a Lei Complementar nº 45/2009, o conceito exposto anteriormente diz respeito à(ao):

- A) Gestão ambiental.
- B) Educação ambiental.
- C) Conservação ambiental.
- D) Desenvolvimento sustentado.

**CONHECIMENTOS DO CARGO****Questão 36**

A Administração Pública tem como função o atendimento exclusivo dos interesses dos cidadãos considerados na coletividade. Dentro da estrutura administrativa do Brasil, a Administração Pública Federal é dividida em Administração direta e indireta. Considerando seus conceitos, características e a descrição de órgãos e entidades públicas, assinale a afirmativa correta.

- A) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria; são unidades de atuação dentro das entidades de Administração direta e indireta.
- B) A Administração direta é composta, apenas, por autarquias e fundações públicas, enquanto a Administração indireta abrange os Ministérios e Secretarias.
- C) Empresas públicas e sociedades de economia mistas são entidades de Administração direta e possuem como objetivo principal o lucro e a distribuição de dividendos com o Governo Federal.
- D) As autarquias são entidades de Administração indireta com personalidade jurídica de direito público, criadas por lei específica e que possuem receita e patrimônio pessoal que permite realizar as ações próprias da Administração Pública; dessa forma, executando atividades estatais exclusivas.

**Questão 37**

O orçamento público é um instrumento legal de gestão utilizado para planejar as finanças e estabelecer os mecanismos de controle e de aplicação desses recursos. Os princípios orçamentários estabelecem regras básicas que norteiam o processo orçamentário, com a finalidade de conferir racionalidade, eficiência e transparência a tais processos. Considerando os princípios tradicionais que regem o orçamento público no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) Princípio da Anualidade: garante que os orçamentos tenham vigência indefinida, permitindo que se estendam além do exercício financeiro quando necessário.
- B) Princípio da Universalidade: determina que o orçamento deve contemplar todas as receitas, mas apenas as despesas consideradas prioritárias para o exercício financeiro.
- C) Princípio do Equilíbrio: determina que o orçamento deve elaborar de forma que as despesas sejam sempre superiores às receitas, direcionando o desenvolvimento econômico.
- D) Princípio da Exclusividade: estabelece que o orçamento deve conter apenas matérias relacionadas à previsão das receitas e à fixação das despesas, não sendo permitida a inclusão de assuntos estranhos à matéria orçamentária.

**Questão 38**

No exercício da função administrativa, o administrador público está submetido a uma série de poderes e deveres estabelecidos pela legislação e pela proteção, proporcionando a eficácia dos atos administrativos e a proteção do interesse público. Considerando os poderes e deveres do administrador público, assinale a afirmativa correta.

- A) Poder Regulamentar: concede ao administrador público o direito de criar normas e leis, independente de autorização legislativa.
- B) Poder Discricionário: permite ao administrador público agir segundo seu livre arbítrio, sem qualquer vinculação ou submissão a critérios legais ou técnicos.
- C) Poder Hierárquico: não possibilita que os superiores revisem atos de seus subordinados, uma vez que cada servidor público tenha poder de acordo com sua competência individual.
- D) Dever da Eficiência: implica que o administrador público deve atuar de forma proativa, buscando sempre os melhores resultados e a otimização dos recursos, sem gerar desperdícios ou retrabalhos.

**Questão 39**

A gestão de documentos está diretamente relacionada ao uso de técnicas arquivísticas, que facilitam, dentre outros fatores, a localização e o acesso a informações. Em relação às noções de arquivamento e aos procedimentos administrativos na gestão pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os documentos temporários, cuja utilidade não se prorrogue após a conclusão de processos administrativos, podem ser descartados de acordo com a tabela de temporalidade.
- II. Os documentos concedidos podem ser acessados e compartilhados livremente entre todos os funcionários de uma instituição, desde que estejam no mesmo setor.
- III. Os arquivamentos de documentos públicos devem seguir um padrão de classificação, considerando o assunto e a natureza do documento, garantindo, assim, sua recuperação eficiente.
- IV. Os documentos oficiais são preservados em arquivos por dois anos; depois de cessado seu uso corrente eles são descartados.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) I e IV.
- C) I e III.
- D) II, III e IV.

**Questão 40**

A Educação Corporativa tornou-se um mecanismo estratégico para o desenvolvimento de competências e para a promoção da inovação e da melhoria contínua nos processos organizacionais. Na Administração Pública, a adoção de práticas de Educação Corporativa busca alinhar a capacitação e o desenvolvimento de servidores às metas e objetivos institucionais. Nesse contexto, sobre a Educação Corporativa na Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Visa, exclusivamente, a capacitação técnica dos servidores, deixando de lado competências e atitudes comportamentais.
- B) É restrita apenas aos altos escalões da Administração, não sendo aplicável aos servidores de níveis hierárquicos inferiores.
- C) Sua principal finalidade é substituir os programas tradicionais de treinamento e capacitação, eliminando-os completamente.
- D) Uma das suas características é a promoção de aprendizagem contínua, alinhada às estratégias da instituição e voltada para a transformação e melhoria dos serviços prestados à sociedade.

**Questão 41**

No dia a dia profissional, observamos várias situações em que se nota a conexão entre os tipos de liderança e a satisfação dos colaboradores em suas atividades. Na gestão pública, compreender os conceitos de liderança, motivação e satisfação no trabalho é crucial para o funcionamento eficaz das instituições. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma liderança eficaz na gestão pública confirma a pouca importância da motivação intrínseca dos servidores, sendo autônomo a automotivação para o desenvolvimento profissional.
- II. A satisfação no trabalho, muitas vezes, está correlacionada com a percepção dos servidores de que sua função contribui positivamente para a sociedade e que são reconhecidos por suas contribuições.
- III. A motivação extrínseca, como bonificações e recompensas financeiras, é a única forma eficaz de incentivo aos servidores públicos para melhorar seu desempenho e comprometimento.
- IV. Líderes eficazes na gestão pública são aqueles que comunicam claramente suas expectativas, fornecem *feedback* regular e promovem um ambiente de trabalho positivo e inclusivo.
- V. A liderança se revela como uma vantagem competitiva sustentável, porque, enquanto principais tomadores de decisão, os líderes é que determinam a aquisição, o desenvolvimento e a implantação dos recursos organizacionais e a conversão desses valiosos produtos e serviços.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e V.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.

**Questão 42**

No setor público, para efetuar a compra e venda de ativos, bem como para contratar serviços e executar obras, é preciso seguir certos trâmites jurídicos. O processo de licitação refere-se ao conjunto de ações administrativas usadas para compra, venda de propriedades e contratação de serviços por órgãos federativos. A legislação sobre licitações estabelece normas e procedimentos para as compras e contratações públicas garantindo transparência, isonomia e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Diante do exposto, é correto afirmar que:

- A) Nas situações em que a competição é inviável, como na contratação de artista consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, a licitação é inexigível.
- B) A modalidade de licitação Tomada de Preços é exclusiva para aquisição de bens e serviços comuns, sendo a disputa feita por meio de lances verbais em sessão pública.
- C) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração Pública, sem qualquer limite percentual ou justificativa para o acréscimo ou supressão de seu valor inicial.
- D) A modalidade Concorrência destina-se, exclusivamente, às compras de pequeno valor, sendo permitida a participação de qualquer interessado que comprove a sua qualificação mínima durante o processo licitatório.

**Questão 43**

A qualidade no atendimento ao público é um aspecto fundamental na prestação de serviços, especialmente em setores específicos à interação direta com cidadãos. Os princípios como comunicabilidade, apresentação, atenção e cortesia são essenciais para garantir uma experiência positiva ao usuário. Com base nesses princípios, assinale a afirmativa correta.

- A) A apresentação envolve apenas o aspecto visual do ambiente de atendimento, não considerando postura, vestimenta e organização pessoal do atendente.
- B) Cortesia no atendimento implica atender apenas os cidadãos que demonstram educação e respeito, deixando de lado aqueles que se mostram impacientes ou insatisfeitos.
- C) A comunicabilidade refere-se exclusivamente à capacidade do servidor em falar diversos idiomas, desconsiderando a clareza e a objetividade na transmissão da informação.
- D) A atenção ao público diz respeito à capacidade do servidor de audição ativa, entender as demandas do cidadão e fornecer respostas precisas, demonstrando interesse genuíno em resolver a situação apresentada.

#### Questão 44

A redação oficial é uma forma padrão de elaboração de textos no âmbito dos órgãos públicos, primando pela clareza, formalidade e impessoalidade na comunicação oficial. A respeito das características e conceitos da redação oficial, assinale a afirmativa correta.

- A) Um dos seus objetivos é garantir que a mensagem seja dirigida apenas para um público específico, especializado no tema abordado.
- B) A adequação linguística permite o uso frequente de gírias, expressões coloquiais e abreviações, tornando o texto mais moderno e atual.
- C) Deve privilegiar o uso de linguagem rebuscada e complexa, de modo a evidenciar a erudição do redator e conferir maior formalidade ao documento.
- D) A impessoalidade refere-se ao fato de que os textos oficiais não devem expressar opiniões, sentimentos ou interpretações pessoais do redator, mantendo-se objetivos e universais.

#### Questão 45

O inventário de bens patrimoniais é uma atividade essencial na Administração Pública, permitindo um controle efetivo e atualizado sobre os bens que compõem o patrimônio público. Em relação ao inventário de bens patrimoniais na Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Refere-se apenas à contabilização de bens móveis, desconsiderando os imóveis e os intangíveis.
- B) Não é necessário discriminar o estado de conservação dos bens, uma vez que o foco é apenas quantificar os itens existentes.
- C) Pode optar por não realizar inventários patrimoniais se considerar que o número de bens sob sua gestão é limitado ou de baixo valor monetário.
- D) A realização periódica de inventários permite identificar possíveis desvios, perdas ou deteriorações de bens, contribuindo para a correta gestão e prestação de contas do patrimônio público.

#### Questão 46

O Código Tributário Nacional – CTN estabeleceu a definição do domicílio tributário do sujeito passivo, local onde o contribuinte deve responder por suas obrigações tributárias. À luz do que dispõe o Código Tributário Nacional sobre o domicílio tributário, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Na falta de eleição, quanto às pessoas naturais, o domicílio tributário será sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- B) Na falta de eleição, quanto às pessoas jurídicas de direito público, o domicílio tributário será o local da sede cadastrado na unidade federativa onde ocorreram os atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- C) Na falta de eleição, quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o domicílio tributário será o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- D) A regra é que o contribuinte eleja seu domicílio. A autoridade administrativa, porém, poderá recusá-lo. A recusa deve ser motivada, pois cabe à autoridade administrativa comprovar que o domicílio eleito impossibilita ou dificulta a arrecadação ou a fiscalização.

#### Questão 47

O lançamento constitui o crédito tributário, conferindo à obrigação tributária liquidez e certeza. É uma atribuição privativa da autoridade administrativa, sendo, ainda, vinculada e obrigatória. O procedimento administrativo de lançamento consiste obrigatoriamente nos seguintes atos, EXCETO:

- A) Aplicar penalidade.
- B) Determinar a matéria tributável.
- C) Calcular o montante do tributo devido.
- D) Verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.

#### Questão 48

A inscrição do crédito tributário em dívida ativa ocorre quando este crédito não é suspenso, extinto ou excluído, de forma que a obrigação tributária, nascida com a ocorrência do fato gerador e não sendo satisfeita, gera a necessidade de cobrança administrativa contra o sujeito passivo, por meio do lançamento. Caso não se logre êxito na exigibilidade do tributo ora lançado, despontará a necessidade de inaugurar a cobrança judicial do tributo, por meio da inscrição em dívida ativa. Sobre a dívida ativa tributária, é correto afirmar que:

- A) A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito.
- B) Não é necessária a indicação do livro e da folha de inscrição na certidão da dívida ativa.
- C) A dívida regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- D) O nome do devedor e seu domicílio ou residência devem ser indicados, obrigatoriamente, no termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente.

**Questão 49**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709/2018, tem como principal objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Também tem como foco a criação de um cenário de segurança jurídica, com a padronização de regulamentos e práticas para promover a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, de acordo com os parâmetros internacionais existentes. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, o término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses, EXCETO:

- A) Fim do período de tratamento.
- B) Determinação da autoridade nacional, estadual ou municipal, quando houver violação ao disposto na LGPD.
- C) Comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, resguardado o interesse público.
- D) Verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.

**Questão 50**

Entre as abordagens da Administração, existe uma teoria que destaca o estudo das organizações, sua estrutura interna e interação com outras organizações. As organizações são concebidas como unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos. Incluem-se nesse conceito corporações, exércitos, escolas, hospitais, igrejas e prisões; excluem-se as tribos, as classes, os grupos étnicos, os grupos de amigos e as famílias. As organizações são caracterizadas por um conjunto de relações sociais estáveis e deliberadamente criadas com a explícita intenção de alcançar objetivos ou propósitos. Assim, a organização é uma unidade social dentro da qual as pessoas alcançam relações estáveis não necessariamente face a face entre si no sentido de facilitar o alcance de um conjunto de objetivos ou metas. A teoria anteriormente descrita trata-se de qual abordagem da Administração?

- A) Clássica.
- B) Sistêmica.
- C) Humanística.
- D) Estruturalista.

**ATENÇÃO**

**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em **NENHUM** MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.







## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta nenhuma responsabilidade ao Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todo os cargos de nível superior; médio; e, médio técnico; e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental incompleto. Será aplicada Prova Discursiva apenas para o cargo de Procurador do Município.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município). Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível fundamental incompleto, médio e médio técnico; 4 (quatro) horas para os cargos de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.